



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
EXPEDIENTE FORENSE
SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
VARAS COM JURISDIÇÃO EM TODO O TERRITÓRIO DO DISTRITO FEDERAL
VARA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DO DISTRITO FEDERAL

DESPACHO DO JUIZ
Em 19 de dezembro de 2008

Ratifico a dispensa de licitação, fundamentada no art. 24, inciso XXII da Lei nº 8.666/93, concernente à contratação da Companhia Energética de Brasília - CEB para o fornecimento de energia elétrica, perfazendo a despesa em tela o montante de R\$ 160.000,00 para o exercício 2009.

P.A. 00.229/2008.

RENATO RODOVALHO SCUSSEL

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
9ª REGIÃO

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 50,
DE 16 DE DEZEMBRO DE 2008

O PLENO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA NONA REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo protocolizado sob o número 43517/2008, resolveu:

Art. 1.º HOMOLOGAR o Concurso Público promovido por este Tribunal, conforme contrato celebrado com a Fundação Carlos Chagas, para o provimento de cargos do Quadro Permanente de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, das categorias funcionais de Analista Judiciário - Área Administrativa, Analista Judiciário - Área Judiciária, Analista Judiciário - Área Judiciária - Especialidade Execução de Mandados e Técnico Judiciário - Área Administrativa.

Art. 2.º Considerar-se-á resultado final do Concurso Público o constante no Edital de Divulgação de Resultado Final após Análise de Recursos e seu Anexo Único, publicados no Diário da Justiça Eletrônico do TRT da 19ª Região, edição do dia 10.12.2008.

Art. 3.º O provimento dos cargos vagos observará as disposições da Lei 11.416, de 15 de dezembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 15.12.2006 - Edição extra e republicada no DOU de 19.12.2006.

Art. 4.º O aproveitamento de deficientes com limite de vagas reservadas dar-se-á na forma prevista no item 2 e subitem 2.1 do Capítulo V do Edital de Abertura de Inscrições, publicado no Diário da Justiça Eletrônico do TRT da 19ª Região de 6.6.2008.

Art. 5.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Tomaram parte na sessão os Exm^{as}. Srs. Desembargadores Severino Rodrigues dos Santos, João Batista da Silva, José Abílio Neves Sousa, Pedro Inácio da Silva, Antonio Aduvaldo Alcoforado Catão, João Leite de Arruda Alencar e Jorge Bastos da Nova Moreira, Presidente do Tribunal.

JORGE BASTOS DA NOVA MOREIRA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 172, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2008

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a decisão do Plenário na CXVII Reunião Ordinária e 215ª Sessão Plenária, realizada em 6 de dezembro de 2008; resolve: Art. 1º Aprovar a 1ª Reformulação Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06 para o exercício de 2008, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 6ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	318.300,00	Desp. Correntes	219.300,00
Rec. de Capital	35.000,00	Desp. de Capital	134.000,00
TOTAL	353.300,00	TOTAL	353.300,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANDÃO TEIXEIRA
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 173, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2008

O CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criada pela Lei nº 6.684, de 03 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a decisão do Plenário na CXVII Reunião Ordinária e 215ª Sessão Plenária, realizada em 6 de dezembro de 2008; resolve: Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 6ª Região - CRBio-06 para o exercício de 2009, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 6ª Região

RECEITAS		DESPESAS	
Rec. Correntes	230.000,00	Desp. Correntes	225.000,00
Rec. de Capital	-X-	Desp. de Capital	5.000,00
TOTAL	230.000,00	TOTAL	230.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DO CARMO BRANDÃO TEIXEIRA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.104, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008

Fixa valores de contribuições anuais, emolumentos e preços de serviços para os CRECI's das 19ª e 20ª Regiões.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo 16 da Lei nº 6.530/78, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.795, de 5 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U., Seção 1, em 08/12/2003; CONSIDERANDO que os orçamentos-programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, para o exercício de 2009, estão adequados à realidade proposta nesta Resolução; CONSIDERANDO a decisão do Egrégio Plenário, adotada na Sessão nº 09/2008; resolve: Art. 1º - FIXAR os seguintes valores de contribuições anuais, emolumentos e preços de serviços, devidos aos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECI's das 19ª e 20ª Regiões, a partir de 1º de janeiro de 2009:

I - CONTRIBUIÇÕES ANUAIS

a) Pessoa Física, Firma Individual ou Empresário Individual..... R\$ 354,00 (trezentos e cinquenta e quatro reais).
b) Pessoa Jurídica.....de acordo com os seguintes níveis de Capital Social:

Capital Social	Anuidade
b.1) de R\$ 0,01 até R\$ 25.000,00	R\$ 708,00
b.2) de R\$ 25.001,00 até R\$ 50.000,00	R\$ 885,00
b.3) de R\$ 50.001,00 até R\$ 75.000,00	R\$ 1.062,00
b.4) de R\$ 75.001,00 até R\$ 100.000,00	R\$ 1.239,00
b.5) Acima de R\$ 100.000,00.....	R\$ 1.416,00

No ato da inscrição a anuidade será cobrada proporcionalmente aos meses faltantes do exercício em curso, conforme Arts. 21, parágrafo único (Pessoa Física) e 28, parágrafo único (Pessoa Jurídica), da Resolução-Cofeci nº 327/92.

II - EMOLUMENTOS

a) Serviços para inscrição e transferência de outro Regional, de Pessoa Física...R\$ 354,00. (Inclui taxa de expediente + emissão da Carteira Profissional + emissão da Cédula de Identidade). Obs: O valor correspondente a este item deve ser recolhido em conta-corrente especial compartilhada na proporção de 56% para o Creci e 44% para o Cofeci. Neste percentual já estão considerados os 20% correspondentes à cota-parte do Cofeci, determinada pelo art. 18, I, da Lei nº 6.530/78.

a.1) Serviços para reinscrição e inscrição secundária.....R\$ 283,20

(Inclui taxa de expediente + emissão da Cédula de Identidade). Obs: O valor correspondente a este item deve ser recolhido em conta-corrente especial compartilhada na proporção de 56% para o Creci e 44% para o Cofeci. Neste percentual já estão considerados os 20% correspondentes à cota-parte do Cofeci, determinada pelo art. 18, I, da Lei nº 6.530/78.

b) Serviços para inscrição/reinscrição de Pessoa Jurídica 50% do valor da anuidade correspondente à da própria Pessoa Jurídica requerente da inscrição.- (Inclui taxa de expediente + emissão do Certificado de Inscrição de Pessoa Jurídica).

c) Averbação de filial (art. 39, letra d, Resolução nº 327/92) 20% da Taxa de Inscrição/PJ

d) Serviços para emissão de 2ª via da Carteira Profissional..... R\$ 70,80

e) Serviços para emissão de 2ª via da Cédula de Identidade. R\$ 35,40

f) Serviços para emissão de 2ª via de Certificado de Pessoa Jurídica. R\$ 35,40

g) Certidões. R\$ 17,70

h) Fotocópia de documentos. R\$ 0,10

i) Cópia de documentos com autenticação administrativa. R\$ 1,00

j) Pedidos no Regional de origem: transferência para outra Região; inscrição secundária; suspensão; isenção débitos. R\$ 88,50

k) Registros no Regional receptor: exercício eventual; suspensão da inscrição secundária; isenção de débitos. R\$ 88,50

As taxas dos itens "j" e "k" referem-se ao serviço prestado, e não se confundem com anuidade proporcional, ou outro valor intrínseco ao item requerido.

l) Trabalho de diligência para cobrança de débito.....o que for maior entre 10% do valor do débito e um valor mínimo de R\$ 11,00 a R\$ 16,00, a ser definido por Portaria da Presidência do Creci.

m) Diligência referente ato administrativo R\$ 35,40

n) Consulta prévia sobre liberação de razão social ou nome fantasia. R\$ 35,40

o) Averbação de nome fantasia ou nome profissional abreviado; interrupção da suspensão ou prorrogação dos efeitos da inscrição. R\$ 35,40

p) Taxa de Expedientes Diversos. R\$ 35,40

Art. 2º - O pagamento da contribuição anual, se integral, será efetuado ao Conselho Regional da jurisdição até o dia 31 de março. Art. 3º - Além da atualização monetária pelo índice oficial de preços ao consumidor, o valor da contribuição anual quando pago após o mês de março, será acrescido de multa de 2% (dois por cento) e de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Art. 4º - As filiais ou representações de Pessoas Jurídicas pagarão a contribuição anual em valor que não exceda à metade do que for pago pela matriz. Art. 5º - É facultado aos Conselhos Regionais conceder parcelamento das contribuições anuais fixadas no inciso I, do artigo 1º, desta Resolução, em até 05 (cinco) parcelas mensais iguais e sucessivas, sem o desconto previsto na Resolução-COFECI nº 1.099/2008, da seguinte forma:

a)em 5 (cinco) parcelas mensais, se requerido até 09 de janeiro, com vencimentos a partir de 15 de janeiro;

b)em 4 (quatro) parcelas mensais, se requerido entre 12 de janeiro e 06 de fevereiro, inclusive, com vencimentos a partir de 13 de fevereiro;

c)em 3 (três) parcelas, se requerido entre 09 de fevereiro e 06 de março, inclusive, com vencimentos a partir de 13 de março.

Art. 6º - Os débitos existentes em 31 de dezembro serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados na forma própria. Art. 7º - Os valores de anuidades, emolumentos e preços de serviços constantes da presente Resolução obedecem aos limites máximos estabelecidos no § 1º, incisos I e II, do artigo 16, da Lei nº 6.530, de 12/05/78, com a redação dada pela Lei nº 10.795, de 05/12/03, corrigidos nos termos do § 2º deste mesmo artigo, considerado o período anual de 1º de novembro de 2007 a 31 de outubro de 2008. Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CURT ANTONIO BEIMS
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.105, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2008

Fixa valores de contribuições anuais, emolumentos e preços de serviços para os CRECI's das 9ª, 22ª e 23ª Regiões.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das suas atribuições legais e regimentais; CONSIDERANDO as disposições contidas no artigo 16 da Lei nº 6.530/78, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.795, de 5 de dezembro de 2003, publicada no D.O.U., Seção 1, em 08/12/2003; CONSIDERANDO que os orçamentos-programa dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, para o exercício de 2009, estão adequados à realidade proposta nesta Resolução; CONSIDERANDO a decisão do Egrégio Plenário, adotada na Sessão nº 09/2008; resolve: Art. 1º - FIXAR os seguintes valores de contribuições anuais, emolumentos e preços de serviços, devidos aos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-CRECI's das 9ª, 22ª e 23ª Regiões, a partir de 1º de janeiro de 2009: